

Ler História

62 | 2012

Espelho de Clio: Eric J. Hobsbawm 1917-2012

Dossier: Interdisciplinaridade em ação. Experiências de pesquisa em contextos rurais

Memórias da guerra civil de Espanha em Barrancos

Perspetivas teórico-metodológicas para o estudo de um acontecimento

DULCE SIMÕES

p. 129-44

<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.609>

Texto integral

- ¹ A guerra civil de Espanha foi um dos acontecimentos mais marcantes do século XX, sobre a qual se produziu uma inesgotável bibliografia historiográfica e literária. Historiadores como Paul Preston, Anthony Beevor, Hugh Thomas, Gabriel Jackson, Stanley Payne ou Edward Malefakis, e escritores como George Orwell, Ernest Hemingway, Gerald Brenan e André Malraux, plasmaram nas suas obras diversas visões do conflito. Em Portugal, o primeiro objeto de investigação histórica problematizando o impacto da guerra centrou-se ao nível do Estado, na atuação do governo de Salazar e das instituições, passando posteriormente para o terreno das relações sociais¹. A historiadora Iva Delgado² foi pioneira neste estudo, mas César Oliveira³ deixou bem claro a importância de Portugal, do Estado Novo e de Oliveira Salazar no apoio à retaguarda logística, política, diplomática e militar, essencial à vitória da sublevação militar e ao sucesso da guerra civil. Em 1999 Alberto Reig Tapia salientava a existência de uma bibliografia portuguesa centrada no apoio das autoridades portuguesas ao movimento militar franquista, e a escassez de estudos sobre a intervenção portuguesa no apoio à República⁴. A análise de Manuel Loff sobre a guerra civil na historiografia portuguesa parece dar resposta à problemática apontada por Reig Tapia, ao concluir que o tema preservou ao longo do tempo um carácter instrumental nos debates políticos portugueses, mantendo o seu estudo livre de qualquer neutralidade⁵. Em Espanha, a partir da década de 80, uma nova geração de historiadores investigou pela primeira vez o capítulo mais negro da sua História recente, a repressão franquista. Para esta geração, o acesso aos arquivos da repressão representa ainda uma luta pelo direito ao conhecimento,

num tempo em o movimento social pela recuperação da memória histórica está aparentemente consolidado. Francisco Espinosa, ao analisar as últimas três décadas de investigação, concluiu que a produção historiográfica entre 2000 e 2009 em Espanha (após o eclodir do movimento pela recuperação da memória histórica) atingiu cerca de duzentas edições registadas na ISNB, para além de inúmeras atas de jornadas, de congressos e de estudos publicados a nível local e regional⁶.

2 Como fenómeno potencialmente transformador da realidade social, a guerra de Espanha trespassou o terreno dos historiadores, merecendo a atenção de linguistas como Margaret Van Epp e Richard Baker, e de antropólogos como Serrán Pagán, David Gilmore, Jerome Mintz, George Collier, John Corbin, Paula Godinho, Luís Cunha, Francisco Ferrándiz, Susana Narotzky & Gavin Smith, Susana Narotzky, Valcuende del Río, Ángel del Río e Dulce Simões, entre outros⁷. As vidas destruídas pela guerra, em qualquer parte do mundo, desafiam os atingidos mas também os etnógrafos, a redefinirem a ordem e a desordem, as perdas e os ganhos, a cooperação e a resistência, a opressão e a solidariedade, a violência e a afirmação humana, a estrutura e a ação, a hegemonia e a resistência⁸. Como assinalava Francisco Ferrándiz a antropologia da violência e do sofrimento social pela sua especificidade, natureza e variedade de desafios teóricos e metodológicos que suscita, tem gerado um maior interesse dos antropólogos nos últimos anos, mas configura disciplinidades complexas, representando um território de fronteira da antropologia contemporânea⁹.

3 Com o objetivo de analisar esta complexidade incidimos o nosso estudo na mudança social, numa conjuntura de aceleração histórica, partindo das memórias de protagonistas e testemunhas da guerra civil espanhola num contexto rural e fronteiriço. No processo de construção de uma etnografia histórica elegemos como terreno o concelho português de Barrancos, estabelecendo pontes com as populações espanholas vizinhas, de Encinasola (Andaluzia) e Oliva de la Frontera (Extremadura). Como objetivo geral questionámos as ambiguidades e ambivalência do lugar da fronteira como espaço de múltiplos poderes, atribuindo legibilidade ao conflito, à relação das populações com os representantes do Estado e às mediações. A atenção analítica às relações de poder enfatizou as estratégias de resistência dos atores sociais, como *praxis* culturais modeladas pelos processos sociopolíticos das histórias ibéricas. O enfoque sistémico nos fenómenos locais e na ação dos indivíduos, inseridos num nível macro de mudanças políticas, contemplou a longa duração, articulando diversos passados e presentes. Ao integrarmos o nosso estudo no processo de recuperação da memória da guerra civil de Espanha, analisámos o impacto do acontecimento na vida das populações locais, procurando compreender como um acontecimento à escala global alterou a dinâmica social das populações fronteiriças, e de que forma as memórias do passado servem no presente para construir identidades de grupo e edificar uma memória contra-hegemónica das ditaduras ibéricas. Neste artigo refletimos sobre as perspetivas teórico-metodológicas orientadoras do nosso estudo, salientando a importância do diálogo interdisciplinar entre a História e a Antropologia na reconstrução de um acontecimento em diferentes escalas. Posteriormente, questionamos o movimento social pela recuperação da memória histórica em Espanha como legitimador da ordem social presente, entrelaçando os usos políticos da memória e suas repercussões a nível local e translocal com o nosso terreno.

1. A Antropologia e a História: um diálogo interdisciplinar

4 As relações entre a História e a Antropologia foram por vezes contraditórias e complexas, mas também repensadas como ciências que têm beneficiado de

influências mútuas¹⁰. A delimitação de fronteiras foi uma preocupação central das escolas estrutural-funcionalistas, construindo barreiras teórico-metodológicas quando a questão central era epistemológica, pelo facto de a antropologia cristalizar as sociedades no presente etnográfico. Na década de 1960 Fernand Braudel e Lévi-Strauss defendiam o primado das suas disciplinas no âmbito das ciências sociais. Braudel reconhecia a contaminação existente nas ciências do homem «por falarem, ou poderem falar, a mesma linguagem», afirmando que a Antropologia se desinteressara pela História, «movida pelo seu espírito de aventura». Claude Lévi-Strauss respondia ao repto: «J'ai le sentiment que nous faisons la même chose. Le grand livre d'histoire est un essai ethnographique sur les sociétés passées»¹¹. Lévi-Strauss não pretendia desautorizar a produção historiográfica mas legitimar uma antropologia estrutural (cujo objetivo eram as estruturas inconscientes), na qual as culturas seriam classificadas pela forma como o pensamento coletivo se abre à História, apreendendo-a como instrumento para transformar o presente. Em *Race et histoire* (1952) Lévi-Strauss assinalava que «todas as sociedades humanas têm um passado da mesma ordem de grandeza», contudo, reconhecia a existência de variações, nas formas como as sociedades se representavam historicamente. Na mesma época, a antropologia social britânica oferecia propostas inovadoras, contrariando a tendência sincronista do estudo das sociedades ditas «primitivas», com *African Political Systems* de Evans-Pritchard (1950), ou *Political Systems of Highland Burma* de Edmund Leach (1954), enquanto em França o debate entre historiadores e a escola estruturalista de Lévi-Strauss permanecia. Em 1983, por ocasião do V Ciclo de Conferências de homenagem a Marc Bloch, Lévi-Strauss reexamina as estreitas relações entre História e Antropologia, afirmando que «graças à Antropologia (...) os historiadores teriam percebido a importância das manifestações obscuras», introduzindo um novo campo de estudo: a «antropologia histórica»¹². Esta designação atualmente perde aplicabilidade, se considerarmos que a antropologia social se historicizou¹³. Marshall Sahlins diz-nos que as práticas têm atenuado cada vez mais as diferenças teóricas que separavam as duas ciências, quando os antropólogos abandonam a estrutura abstrata para explicar um acontecimento concreto, ou quando os historiadores desvalorizam o acontecimento único a favor das estruturas subjacentes, tornando os antropólogos tão diacrónicos nas suas análises, como sincrónicos os historiadores¹⁴.

- 5 Em «La Fábula de Alcalá y la Realidad Histórica en Grazalema», o antropólogo Serrán Pagán questionava a corrente anti-histórica da Antropologia, como obstáculo epistemológico ao estudo das transformações e dos processos sociais das sociedades¹⁵. Para fundamentar a sua tese elegeu um clássico da antropologia anglo-saxónica: *The People of the Sierra*, do antropólogo Julian Pitt-Rivers (primeiro estudo realizado em Espanha pelos antropólogos mediterraneístas)¹⁶. Para Serrán Pagán, *The People of the Sierra* apresenta uma imagem deturpada da Andaluzia, influenciando negativamente estudos históricos e antropológicos posteriores¹⁷. A formação estrutural-funcionalista de Pitt-Rivers, herdada da escola social britânica, fundamentou a utilização do modelo aplicado às «sociedades sem história», terreno privilegiado da Antropologia. Na sua obra, afirmou ter resistido à tentação de interpretar o presente a partir de acontecimentos passados, assim como de explicar acontecimentos passados através de uma analogia com o presente¹⁸. Ao estudar o tempo longo de «Alcalá de la Sierra» (Grazalema), Serrán Pagán desconstrói a «comunidade rural» de Pitt-Rivers, caracterizada pela homogeneidade e igualdade social dos seus membros. A etnografia histórica permitiu-lhe compreender as diferenças sociais e a heterogeneidade, representativas da organização social de Grazalema, como consequência da decadência económica dos finais do século XIX. Ao centrar-se na interconexão existente entre os acontecimentos históricos, económicos e políticos da longa duração, refuta a tese defendida por Pitt-Rivers sobre a influência do anarquismo como principal causa do conflito comunidade/nação, mostrando como as

condições socioeconómicas condicionaram o desenvolvimento do movimento anarquista em Grazalema. Este movimento, que atingiu o seu auge na região da Andaluzia durante a II República espanhola, foi completamente aniquilado durante a guerra civil, com as respetivas repercussões locais ao nível da repressão. Quando os nacionalistas entraram na povoação, a 16 de setembro de 1936, a violência não distinguiu republicanos nem anarquistas, cometendo-se todo o tipo de retaliações por ódios e vinganças, fuzilando-se mulheres e crianças¹⁹. A repressão prolongou-se durante a década de 1940, e os dados em relação ao número de vítimas são imprecisos, mas foram poucos os republicanos e anarquistas que conseguiram sobreviver fora de Grazalema²⁰. Quando Pitt-Rivers desenvolveu o trabalho de campo, não restava nenhuma atividade anarquista, apesar de defender que o movimento anarquista constituía um movimento de oposição, contra a imposição de novas influências sobre a estrutura tradicional da localidade²¹.

6 Em 1963 George Collier e Jane Collier iniciaram trabalho de campo em Los Olivos (Linares de la Sierra), na Andaluzia, segundo o modelo estrutural-funcionalista. No seu estudo caracterizaram Los Olivos como uma «comunidade rural» com uma estratificação social pouco acentuada e sem marcas de conflito. Durante o trabalho de campo George Collier era confrontado com respostas evasivas, quando inquiria os seus informantes sobre os acontecimentos da guerra civil, como «não falamos de política porque essa é a causa pela qual as pessoas se matam umas às outras», interpretando-as como «discursos apolíticos»²². Em 1980 regressou a Linares de la Sierra para realizar um trabalho de etnografia histórica, estudando um subgrupo político, os socialistas, centrando a sua análise num tempo passado, num antes e num depois da guerra civil espanhola, analisando os acontecimentos que determinaram de forma decisiva o presente etnográfico da sua anterior investigação²³. Em *Socialistas de la Andalucía rural* Collier integra os acontecimentos locais num contexto político e económico à escala regional e nacional, relacionando a política local com o contexto das histórias familiares e a estratificação social, concluindo que a repressão do pós-guerra aniquilou os que *tenían ideas*, reduzindo ao silêncio todos os sobreviventes e descendentes²⁴.

7 Nestes estudos a História e a Antropologia são entendidas como configurações e modalidades de conhecimento inter-relacionadas, com pressuposições mútuas sobre as realidades sociais que estudam, existindo também disposições convergentes e articulações divergentes no diálogo das duas ciências como a temporalidade. Marc Augé diz-nos que o ofício de antropólogo é um ofício do «frente a frente» e do presente, e a questão do tempo deve preceder qualquer reflexão acerca do ofício do antropólogo²⁵. A questão do tempo e da História apresenta-se de maneira muito específica, ainda que amplamente relacionada com todas as disciplinas das ciências sociais. Sartre definia a História pela recuperação intencionada do passado no presente, vinculada ao «estado da questão» e ao «estado da situação», dependendo em larga medida das transformações dos paradigmas epistemológicos e com a esfera político-económica das sociedades²⁶. Todavia, nem o tempo nem a temporalidade são prerrogativas exclusivas do historiador, pois encontramos diversas configurações na prática antropológica, como por exemplo na etnografia, ao estudarmos a natureza do tempo e da temporalidade quando confrontamos o tempo histórico do observador com o tempo mítico do sujeito observado. A «conceção do tempo» corresponde efetivamente ao estado do acontecimento, e aquilo que questionamos por detrás do «estado do acontecimento» é a estrutura social, a ordem simbólica dos grupos²⁷.

8 No nosso estudo aceitámos a proposta de Alban Bensa²⁸, quando nos diz que a antropologia não pode prolongar a diferenciação entre o presente e o passado, o singular e o geral, o conjuntural e o estrutural, porque as sociedades não preservam a aparente estabilidade das pedras, das plantas ou dos animais. As sociedades devem ser entendidas como processos que se inscrevem num tempo próprio, e a etnografia, sob pena de naturalizar as estruturas, deve integrar a sua experiência nas condições históricas em que emergiu, como nos sugere Pierre Bourdieu. O

*habitus*²⁹ como presença do passado no presente, história incorporada, sedimentada no corpo, estrutura social tornada estrutura mental, é mutável através do tempo, do lugar e, sobretudo, através das distribuições de poder, antecipando o devir através do presente. Nesta perspetiva, a Antropologia está sempre comprometida com a História se considerarmos a cultura como a organização da situação atual em termos do passado³⁰. Eric Wolf³¹ apontava para a necessidade da Antropologia redescobrir a História, procurando as causas de acontecimentos presentes no passado histórico, mostrando as «pessoas sem história» como agentes do processo histórico, e não como vítimas ou testemunhas silenciosas. Como assinala Paula Godinho³², não se trata de colocar as práticas sociais no fio da cronologia, nem de a encher de lugares de memória, como formas de recuperar a história, mas de compreender as atitudes presentes pela sua capacidade de mobilizarem o passado. Porque quando as pessoas nos falam do passado, referem-se a relações sociais no interior de uma determinada configuração cultural. Entendendo a cultura no sentido global e antropológico do termo, como um conjunto de relações socialmente representadas e instituídas, com uma dimensão intelectual e simbólica e uma dimensão concreta, histórica e sociológica, mediante as quais pessoas concretas desenvolvem as suas práticas.

9 Nesta perspetiva, um acontecimento adquire a sua significância histórica quando é socialmente apropriado, inscrevendo-se no sistema cultural preestabelecido, do qual seria apenas uma forma empírica. Para Marshall Sahlins o acontecimento é um prolongamento anunciado da estrutura social, e não uma rutura possível no curso do tempo, um balanço no desconhecido. No entanto, o acontecimento materializa um momento de rutura temporal, funcionando como um indutor de mudança social operada pela ação do sujeito individual ou coletivo, abrindo sobre uma situação nova uma paleta inédita de possibilidades, que permaneciam latentes ou impensáveis³³. O acontecimento implica a possibilidade de decompor infinitamente a ação coletiva numa micro unidade de atos singulares irreversíveis, que ocorrem uma única vez num dado espaço temporal, e «una vez llevados a cabo no pueden volver a ser considerados como si nunca hubiesen sucedido»³⁴. O acontecimento como criador de novas situações fixa em si o presente, e esse momento axial faz nascer uma nova realidade social³⁵ suspendendo a banalidade da vida quotidiana, representando uma «intrusión»³⁶. Esse momento inaugura uma nova Era, transformando as referências ao passado, as expectativas do futuro e o próprio presente, pelo simples facto de provocar uma rutura no processo social de longa duração, iniciando uma nova dimensão espaço-temporal. Na rutura analisámos a dinâmica social ao nível das relações de poder, para compreendemos as fraturas e alianças entre indivíduos e grupos, a ação dos atores e as suas estratégias de resistência³⁷. O problema residia em saber se a ação era uma réplica de situações passadas, ou se era suscetível de renovação em função de interesses e contextos específicos. Ao longo do trabalho analisámos diversos acontecimentos em diferentes escalas, nos quais a ação dos indivíduos foram compreendidas nas diversas relações de significado e poder, consentindo ou afrontando a autoridade, de forma a negociarem, questionarem e subverterem, de formas heterogêneas e mutáveis, os esquemas de dominação que povoavam os seus mundos sociais.

10 Alban Bensa³⁸ assinala que o *habitus*, como presença do passado no presente torna possível a presença do presente no devir, antecipando o devir através do presente, compreendido como um campo finito de possíveis. Esta inegável coerência do presente com o passado permite remeter os acontecimentos à estrutura, descrevendo ao mesmo tempo as condições particulares pelas quais este ajustamento se realiza. Atribuindo um lugar central à repetição e à reprodução, fazendo do presente uma transição entre o passado e o futuro, sem que seja possível qualificá-lo diferentemente do momento, ou da sucessão de momentos onde se efetua o regresso ao mesmo. Contudo, estes movimentos dialéticos não são simples reproduções em resposta aos constrangimentos que se lhe impõem, têm a capacidade de criar situações novas em função dos contextos específicos. Neste

sentido, o evento é a relação entre um acontecimento e as estruturas sociais, e ao fechamento do fenómeno enquanto valor significativo segue-se a sua eficácia histórica específica. Marshall Sahlins cria como síntese situacional entre a estrutura e o evento o conceito de «estrutura da conjuntura», entendida como a realização prática das categorias culturais num contexto histórico específico, expressa nas ações motivadas dos agentes históricos, considerando a micro sociologia da interação social³⁹. Para a construção do tempo pesam não somente o passado, mas também os elementos constitutivos do presente, e esclarecê-lo permite apreender o presente como presente, o que significa que a História nos conta como se fez⁴⁰. Para aceder às lógicas da sequência temporal é necessário ter em conta todos os detalhes de uma situação e os múltiplos imponderáveis que definem as condições da ação, da interação, do exercício da palavra e da intercomunicação. Os agentes sociais inscrevem-se de acordo com as modalidades concretas da temporalidade, produzindo as suas ações, as suas palavras e as suas intervenções, e perante a incerteza da abertura do presente a uma diversidade de possíveis, cada um tenta por vezes a repetição, e outras vezes a mudança. No presente convivem simultaneamente diversos pretéritos, preservados na memória e incorporados no quotidiano, que Koselleck designou por «espaço de experiência»⁴¹. No espaço da experiência, as práticas produzem o tempo, mas também o cristalizam na história coletiva dos grupos, nomeadamente através dessa arte suprema da temporalidade, a sua narrativa. As imagens do tempo elaboram-se a partir da distância à experiência, e a narrativa inscreve-se no tempo presente, reportando-se ao presente objetivado pela visão do passado e do futuro⁴².

11 Em «Truth and Myth in History: An example from the Spanish Civil War», o antropólogo John Corbin começa por referir que qualquer narrativa de um acontecimento passado é condicionada pelas circunstâncias que assistem à sua produção no presente, ou seja, o narrador seleciona os elementos que considera melhor corresponderem às expectativas da audiência a quem se dirige. Para o autor, qualquer narrativa do passado comporta uma dupla construção e uma dupla verdade: «The truth of the tale is its historical truth; the truth of its telling is its mythical truth»⁴³, asserção válida tanto para as narrativas académicas, como para as narrativas daqueles que testemunharam os acontecimentos. Ao analisar comparativamente fontes documentais (historiográficas, arquivísticas e jornalísticas) e fontes orais, sobre os acontecimentos ocorridos em Ronda durante a guerra civil de Espanha, John Corbin concluiu que as «histórias» produzidas como mitos, sobre as atrocidades praticadas em Ronda, distorcem menos a «verdade histórica» do que as histórias académicas produzidas como História⁴⁴. Nesta perspetiva, reconstrói-se permanentemente a narrativa do acontecimento, que tomará múltiplas inflexões segundo o tempo e a audiência onde é recebido⁴⁵.

12 Andreas Huyssen fala-nos da atual sedução pela memória e pela valorização do passado (quanto a modernidade apontava para o futuro), sobre um excesso de memória, numa tentativa de musealização do mundo como a recordação total, num dilema que não se resolve com a oposição construída pelos historiadores entre uma História verdadeira, séria e científica, e uma memória subjetiva⁴⁶. A valorização da memória revela uma necessidade de se construírem identidades, num mundo que perdeu a utopia, ou a capacidade de olhar o futuro com confiança⁴⁷). Hartog fala-nos de um presentismo avassalador, resultante da falta de esperança relativamente ao futuro, em que o passado parece servir para iluminar um futuro incerto⁴⁸. A memória como projeto de futuro permite interpretar a ação de indivíduos e grupos excluídos da História, servindo igualmente para impugnar modelos autoritários e unidirecionais de interpretação social⁴⁹. Nesta perspetiva, *Los Anarquistas de Casas Viejas* representa um estudo etno-histórico paradigmático, centrado no movimento anarquista da Andaluzia, no qual Jerome Mintz reconstrói o passado e as consequências do massacre de 1933 cruzando a memória e a História⁵⁰. Os acontecimentos de Casas Viejas, amplamente narrados por historiadores, escritores e jornalistas, grupos detentores da escrita, remetiam para uma

cronologia de eventos, mas para Mintz estava por contar a história do movimento anarquista, legitimadora desses mesmos acontecimentos. Ao recolher as memórias coletivas de um grupo de anarquistas, durante três anos de trabalho de campo descontinuado (durante a ditadura franquista, e sujeito aos constrangimentos inerentes ao tema), o autor interpreta a vida dos trabalhadores rurais e as relações de poder na comunidade, para explicar a edificação de um ideal político que constituiu a base do movimento revolucionário. Desta forma permite-nos compreender a implantação dos ideais anarquistas fundamentados em práticas do passado (no uso comum da terra em zonas de caça furtiva, terras de pastagem, direitos de recolheção), ainda presentes na memória coletiva de forma fragmentária. Os direitos herdados da tradição, embora contrariados pelas políticas centrais, encontravam continuidades nas propostas anarcossindicalistas de trabalho cooperativo. Para o estudo de acontecimentos em contextos repressivos a memória é fundamental para entendermos o que Ángel Del Río define como «culturas políticas», transmitidas de geração em geração, como capital simbólico fundamental à compreensão da ação sociopolítica, e em última instância à compreensão da própria História⁵¹ No nosso estudo existiu um comprometimento com o local, observado em diferentes escalas, quando analisamos as memórias da guerra de Espanha em comunidades fronteiriças, mas também uma atenção aos fenómenos políticos e epistemológicos globais que se manifestam sob a forma de resistências quotidianas ou de movimentos sociais pela memória contra-hegemónica.

2. O movimento social pela recuperação da memória histórica em Espanha

¹³ O movimento pela recuperação da memória histórica representa um processo de construção de significado e de confrontação política entre vencedores e vencidos da História, cuja estrutura de diferenciação se objetiva na luta contra o silêncio e o olvido. Insere-se num processo de luta pela dignificação, reparação, direito à justiça e reconhecimento social e político dos «vencidos da guerra», assim como pelo questionamento de uma historiografia oficial que durante anos os olvidou. Os seus objetivos inserem-se nas políticas de memória, verdade e justiça na transição para a democracia dos movimentos sociais da América Latina, onde os regimes democráticos reduziram ao silêncio e ao esquecimento milhares de cidadãos aniquilados durante as ditaduras militares⁵². Com as leis da amnistia e do perdão os novos regimes democráticos reabilitaram antigos opositores políticos, evitando o julgamento dos responsáveis por crimes e torturas, como no caso espanhol.

¹⁴ O contexto político após a vitória do Partido Popular em 1996 possibilitou a rutura do «pacto de silêncio» entre os partidos com representação parlamentar durante o período da *Transición*. Esta rutura provocada pela consolidação da hegemonia dos grupos mais conservadores da sociedade espanhola impulsionou a «geração dos netos», ou a «geração emergente»⁵³, descomprometida politicamente com a *Transición*, a empenhar-se na recuperação da memória dos represaliados da guerra civil como valor social. Assim o testemunham os versos de um tema musical de um grupo punk basco: «Somos los nietos de los que nunca pudisteis matar/Somos los nietos de los que perdieron la Guerra Civil» expressando a identificação de uma geração com as suas origens sociais e políticas⁵⁴. A identificação dos netos com os valores políticos e culturais defendidos pelos avós, remete-nos para um conceito de «geração» como grupo social⁵⁵, por partilharem uma mesma imagem do mundo, implicando uma coincidência temporal, e pelo empenho em recuperar idênticas aspirações políticas e sociais. No caso espanhol «a

geração emergente» pretende reatar a «continuidade da evolução» de uma sociedade democrática, recuperando não apenas a memória dos «vencidos da guerra» como valor social, mas a sua própria identidade como nova geração democrata. A participação política e o direito à cidadania, manifestada pelos netos, reativam a dinâmica histórica protagonizada pela «geração dos avós», aniquilada durante o regime franquista. A «geração controladora»⁵⁶, subjugada por uma ditadura que decretou «la muerte civil»⁵⁷, pelo seu compromisso político com a transição democrática serviu de tampão à construção de uma memória contra-hegemónica da ditadura franquista.

15 O movimento pela recuperação da memória histórica é constituído por familiares das vítimas do franquismo, organizados em associações locais e regionais, e legitimado por uma geração de historiadores que desde os anos oitenta renovaram o estudo da guerra civil. Paralelamente, o Partido Socialista Obrero Español (PSOE), liderado por José Luis Rodríguez Zapatero (neto de um capitão do exército republicano executado pelos nacionalistas em agosto de 1936) tem ratificado, e simultaneamente controlado, as ações e reivindicações destas associações com a Ley de Memoria Histórica de España⁵⁸, enquanto a oposição liderada pelo Partido Popular (PP) a refuta veemente, receando o julgamento do regime franquista. Cecilio Gordillo, coordenador do projeto «Todos los Nombres»⁵⁹ numa reflexão sobre a ação política do movimento, defende que este não é passível de ser movido por ânimos revanchistas opondo uma «memória roja» a uma «memória azul». A sua importância social reside na construção de uma sociedade democrática plural⁶⁰. Como afirmou Jacques Le Goff, uma das grandes preocupações das classes e dos grupos que dominaram e dominam as sociedades com História é tornarem-se senhores da memória e do esquecimento, e «os esquecimentos e os silêncios da História são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva»⁶¹.

16 A recuperação da memória contra-hegemónica de grupos silenciados durante a guerra civil, a repressão franquista e a «transição democrática» representa uma fonte oral singular e um recurso político para a construção de uma nova historiografia, eliminando o perigo da memória coletiva destes grupos se perder com o seu desaparecimento físico. Contudo, a memória coletiva não é apenas uma conquista dos grupos sociais, é também «um instrumento e um objetivo de poder»⁶², gerador de diferentes posicionamentos académicos e políticos, mantendo aceso o debate sobre a validade científica da memória, escorados na subjetividade e fragilidade da rememoração como fonte de conhecimento.⁶³ O movimento social pela recuperação da memória é um «campo de poder», um espaço de relações de força entre diferentes espécies de «capital»⁶⁴. Neste «campo de poder» todos os atores sociais manipulam a sua «taxa de câmbio» em função de interesses de grupo, fazendo valer a sua «verdade». Como nos diz Bourdieu «se existe uma verdade, a verdade é um campo de lutas»⁶⁵. Neste «campo de lutas» alguns académicos enleiam-se no debate científico, reanimando a antinomia positivismo/humanismo, procurando fazer triunfar as suas interpretações em nome da objetividade e da «verdade histórica». Mas a «verdade histórica» representa apenas um objetivo científico, pois existem muitas «verdades» que nos podem ajudar a criar uma interpretação global sobre um fenómeno histórico⁶⁶.

17 A recuperação da memória dos vencidos da guerra consolidou-se, ancorada em associações regionais legitimadas por um movimento historiográfico que permanece em construção. Ao alargar o debate público, investigadores e familiares das vítimas pretendem sarar as feridas infligidas pelo passado, e são as memórias grupais e locais que estão intimamente interligadas nesta articulação. As vítimas da guerra saíram do anonimato e os «lugares de memória»⁶⁷ adquirem significado na Extremadura e na Andaluzia, num movimento social e político pela memória, mostrando que «quem controla o passado controla o futuro; e quem controla o presente controla o passado», como escreveu George Orwell em 1984. Neste processo, contrariam-se iniciativas que num passado recente instituíram o

esquecimento, transformando a praça de touros de Badajoz num Centro de Congressos, a prisão franquista de Badajoz no Museo Extremeño e Iberoamericano de Arte Contemporáneo (MEIAC), e emparedando os muros do cemitério de Badajoz para construir um empreendimento habitacional. As lutas pela memória representam lutas pelo futuro (sujeitas a diferentes usos políticos) que não terminam com a dignificação dos vencidos, mas possibilitam às novas gerações a construção de sociedades mais justas e democráticas.

3. Conclusões: os usos políticos da memória

18 As memórias privadas continuam a resistir a uma construção hegemónica da história contemporânea espanhola. Narotzky & Smith salientam a necessidade de se tornarem memórias públicas coletivas para enquadrar no presente, como base para a ação política. As memórias silenciadas têm de ser transformadas em pontos de ligação, numa versão diferente do passado, uma versão que possa ser coerentemente utilizada como um guia para o futuro⁶⁸. O caso de Barrancos, silenciado e omitido da História de ambos os países durante as ditaduras ibéricas, representando uma memória coletiva circunscrita à vida dos seus protagonistas e testemunhas gerou conexões entre indivíduos e grupos, emergindo como «objeto histórico» pela sua mediatização. As apresentações públicas da versão castelhana do nosso primeiro trabalho e do documentário «Los Refugiados de Barrancos» das Producciones Morrimier, em várias localidades estremenhas, organizadas pela Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura (ARMHEX), foram amplamente divulgadas na imprensa regional, animando cidadãos espanhóis comprometidos com o movimento social pela recuperação da memória a criar uma página no Facebook a favor da Medalla de Extremadura para o Povo de Barrancos. Em 2009 o governo regional da Extremadura reconheceu esta luta pela memória, integrando-a politicamente no estreitar das relações Portugal/Extremadura, atribuindo o galardão ao povo de Barrancos como símbolo de reconhecimento e gratidão pela solidariedade e acolhimento a todos os estremenhos forçados a fugir do seu País por conflitos sociais e políticos, inscrevendo a memória na História estremenha, numa versão legitimadora do presente.

19 A 23 de abril de 2010, o município de Oliva de la Frontera, liderado pelo PSOE local, erigiu um memorial ao povo de Barrancos e ao tenente Seixas, descerrado pelo presidente do governo regional da Extremadura Guillermo Fernández Vara, que no discurso inaugural atribuiu à reconciliação e à Constituição espanhola de 1978 a oportunidade pelo conhecimento da História recente, evocando as relações de irmandade entre Portugal e a Extremadura. Para o *alcalde* de Oliva, Victor Morera Mainar, a homenagem simbolizava a gratidão pelo acolhimento aos *oliveros* fugidos do extermínio, atribuindo sentido e significado às relações de vizinhança e à vida dos «vencidos» da guerra, numa ação que ratificava publicamente o seu compromisso na recuperação da memória histórica. Para o presidente da Câmara de Barrancos, António Pica Tereno, legitimava-se a solidariedade como componente identitária de uma comunidade unida pela cultura, pela memória e pela História aos vizinhos espanhóis. Entre os presentes estavam membros do governo regional e do poder municipal da Extremadura, representantes da ARMEX, protagonistas dos acontecimentos e familiares, partilhando o reconhecimento público, a dignificação das suas vidas destruídas e injustiçadas durante as ditaduras ibéricas. No processo de legitimação da memória, a cerimónia foi apropriada de diferentes formas pelos participantes, em função das suas experiências de vida, das suas lutas presentes e das suas expectativas futuras.

Notas

- 1 Loff, Manuel, «A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa», *Ler História*, n.º 51, 2006, pp. 77-131.
- 2 Delgado, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980.
- 3 Oliveira, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, 1987.
- 4 Reig Tapia, Alberto, *Memoria de la Guerra Civil. Los Mitos de la Tribu*, Madrid, Alianza Editorial, 1999, pp. 111-112.
- 5 Loff, «A memória da Guerra de Espanha em Portugal...», p. 126.
- 6 Espinosa, Francisco, *Violencia Roja Y Azul. España, 1936-1950*, Barcelona, Crítica, 2010.
- 7 Van Epp, Margaret, *Si Yo te Dijera; una Historia Oral de la Sierra de Huelva*, Huelva, Fundación Machado, Diputación de Huelva, 1998; Barker, Richards, *El largo trauma de un pueblo andaluz. República, represión, guerra, posguerra*, Sevilla, Ayuntamiento de Castilleja del Campo, 2007; Serrán-Pagán, Ginés, «La Fábula de Alcalá y la Realidad Histórica en Grazalema. Replanteamiento del primer estudio de Antropología Social en España», *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.º 9, 1980, pp. 81-115; Gilmore, David, *The People of the Plain: Class and Community in Lower Andalusia*, Columbia University Press, 1980; Mintz, Jerome, *Los Anarquistas de Casas Viejas*. Biblioteca de Etnología, 7, Diputación de Granada, Diputación de Cádiz, 1999 [1983]; Collier, George A., *Socialistas de la Andalucía rural. Los revolucionarios ignorados de la Segunda Republica*, Barcelona, Anthropos, 1997 [1987]; Corbin, John, «Truth and Myth in History: An example from the Spanish Civil War», *Journal of Interdisciplinary History*, vol. XXV, 4, 1995, pp. 609-625; Godinho, Paula, *Oír o Galo cantar Dúas Veces, Identificações Locais, Culturas das Marxes e Construção de Nações na Fronteira entre Portugal e Galicia*, Ourense, Imprensa da Deputación, 2011, e «“Maquisards” ou “atracadores”? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946», *O Cambedo da Raia. Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense. Asociación Amigos da Republica, 2004, pp. 157-227, e «O maquis na guerra civil de Espanha: o caso do cerco a Cambedo da Raia», *História*, n.º 27, dezembro, 2.ª série, ano XVIII, 1996, pp. 28-45, e «O grupo do Juan e a importância da rede social», *A Trabe de Ouro*, Tomo IV, ano IV, outubro-dezembro, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, 1993, pp. 571-583; Cunha, Luís, *Memória Social em Campo Maior, Usos e Percursos da Fronteira*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2006; Ferrándiz, Francisco, «La etnografía como campo de minas: de las violencias cotidianas a los paisajes posbélicos», in *Retos teóricos y nuevas prácticas*, Gipuzkoa, Ankulegi antropologia elkarte, 2008, pp. 89-115; Narotzky, Susana, «“A Cargo Del Futuro”. Between History and Memory: An Account of the “Fratricidal” Conflict during Revolution and War in Spain (1936/39)», *Critique of Anthropology*, 27, 2007, pp. 411-429; Narotzky, Susana e G. Smith, *Immediate Struggles. People, Power and Place in Rural Spain*. Berkeley, University of California Press, 2006; e «“Being politico in Spain”. An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics», *History & Memory*, Indiana, University Press, 2002, pp. 189-228; Valcuende del Río, José María, «Memoria e história – indivíduos e sociedade», in *La recuperación de la memoria histórica. Una perspectiva transversal desde las ciencias sociales*, Sevilla, Centro de Estudios Andaluces, 2007, pp. 19-31; Del Río, Ángel, «La Memoria Histórica en escena. Demandas y movimientos sociales», in *La recuperación de la memoria histórica. Una perspectiva transversal desde las Ciencias Sociales*, Sevilla, Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia, Junta de Andalucía, 2007, pp. 103-115; Simões, Maria Dulce A., «Ambiguidades e ambivalências na fronteira luso-espanhola; o caso dos refugiados da guerra civil de Espanha em Barrancos», in *Portugal e Espanha – Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, 2009, pp. 215-235, e *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e testemunhos, 1936*. Câmara Municipal de Barrancos, Edições Colibri, 2007.
- 8 Greenhouse, cit. em Godinho, *Oír o Galo cantar Dúas Veces...*, pp. 449-450
- 9 Ferrándiz, Francisco «La etnografía como campo de minas: de las violencias cotidianas a los paisajes posbélicos», in *Retos teóricos y nuevas prácticas*, Gipuzkoa, Ankulegi antropologia elkarte, 2008, p. 90.
- 10 Dube, Saurabh, *Historical Anthropology*, Oxford, University Press, 2007, p. 1.
- 11 Lévi-Strauss, cit. em Minard, Philippe, «Histoire et anthropologie, nouvelles convergences?», *Bulletin de la Société d'Histoire Moderne et Contemporaine*, RHMC, 49-4 bis, supplément, 2002, p. 81.
- 12 Schwarcz, Lilia K. Moritz, «Sobre uma antropologia da história», *Novos Estudos*, CEBRAP, n.º 72, 2005, p. 125.
- 13 Hastrup, Kirsten (ed.), *Other Histories*, London, Routledge, 1992.

- 14 Sahlins, Marshall, *Islas de Historia. La muerte del capitán Cook. Metáfora, antropología e historia*. Barcelona, Gedisa, 1997, p. 79.
- 15 Serrán-Pagán, «Le Fábula de Alcalá...».
- 16 Pitt-Rivers, Julian, *Los Hombres de la Sierra*, Barcelona, México, Ediciones Grijalbo, S. A., 1971, [1954]. O processo de descolonização integrou, supostamente, as sociedades ditas «primitivas» na «aldeia global», contribuindo para os antropólogos direcionarem os seus objetos de estudo para o terreno das «sociedades camponesas». O próprio Evans-Pritchard defendia que a Antropologia, como «a ciência da sociedade humana», devia estar apta para o estudo de qualquer grupo humano, incluindo os da «sociedade civilizada». As «sociedades camponesas» do Mediterrâneo e as latino-americanas, por condições históricas de subdesenvolvimento, pareciam corresponder ao modelo mais «primitivo», como um todo homogêneo, culturalmente uniforme, com fortes vínculos de vizinhança. O trabalho de Julian Pitt-Rivers inscreve-se neste modelo, e no romantismo de estudar uma sociedade evidenciando as suas características culturais mais exóticas.
- 17 Serrán-Pagán, «Le Fábula de Alcalá...», p. 82.
- 18 Pitt-Rivers, *Los Hombres de la Sierra*, p. 247.
- 19 A 17 de maio de 2009, quinze mulheres e uma criança do sexo masculino, receberam sepultura no cemitério de Grazalema. As mulheres detidas pela Falange em 1936 para que revelassem o paradeiro dos seus maridos foram violadas, assassinadas e enterradas numa fossa comum, que os falangistas obrigaram uma criança a escavar, ao quilómetro 57 da estrada de Ronda (Málaga). A violência sobre estas mulheres e criança permaneceu silenciada na memória das testemunhas, preservando “la fosa de las mujeres”, de onde uma equipa de arqueólogos, criminólogos e antropólogos exumaram os corpos. Grazalema tentou sarar as feridas da guerra. As mulheres eram: Cristina Franco, María Josefa Barea, María Josefa Nogales, Isabel Atienza, Josefa de Jesús Gómez, Teresa Castro, Salud Alberto, Lolita Gómez, Jerónima Barea, Antonia Pérez, Natividad Vílchez, Ana Fernández, Teresa Menacho, Catalina Álvarez, María Luisa Román e a criança El Bizarrito. Ao lado das sepulturas foi colocada uma placa com uma frase de Dulce Chacón: “Que mi nombre no se borre de la Historia!”. “Silencios de Grazalema”, artigo do jornal *Público* (espanhol) de 17/5/2009. Consultável em: <http://www.todoslosnombres.org/> (18/05/2009).
- 20 Serrán-Pagán, «Le Fábula de Alcalá...», p. 106.
- 21 Pitt-Rivers, *Los Hombres de la Sierra*, p. 221.
- 22 Collier, *Socialistas de la Andalucía rural...*, p. 19.
- 23 Collier, *Socialistas de la Andalucía rural...*, p. 13.
- 24 Collier, *Socialistas de la Andalucía rural...*, p. 256.
- 25 Augé, Marc, *El oficio de antropólogo. Sentido e Liberdade*, Barcelona, Gedisa, 2007.
- 26 Sartre, cit. em Augé, *El oficio de antropólogo...*, p. 14.
- 27 Augé, *El oficio de antropólogo...*, p. 21.
- 28 Bensa, Alban, *La fin des exotismes. Essais d'anthropologie critique*, Toulouse, Anarcharsis, 2006.
- 29 Bourdieu, Pierre, *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação*, Oeiras, Celta Editora, 2001, [1994], p. 61.
- 30 Sahlins, *Islas de Historia...*
- 31 Wolf, Eric R., *Europe and the People Without History*, Bekeley/Los Angeles/ London, University of California Press, 1982.
- 32 Godinho, *Oír o Galo cantar Dúas Veces...*
- 33 Bensa, Alban & Eric Fassin, «Les sciences sociales face à l'événement», *Terrain*, Numéro 38 – Qu'est-ce qu'un événement? (mars 2002), mis en ligne le 6 mars 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document1888.html>. Consultado a 20 juin 2007.
- 34 Crespi, cit. em Aróstegui, Julio, *La Historia Vivida. Sobre la historia del presente*, Madrid, Alianza Editorial, 2004.
- 35 Bensa & Fassin, «Les sciences sociales face à l'événement».
- 36 Nisbet, cit. em Aróstegui, *La Historia Vivida...*, p. 98.
- 37 Scott, James, *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven and Londres, Yale University Press, 1985.
- 38 Alban Bensa, «Images et usages du temps », *Terrain*, Numéro 29 – Vivre le temps (septembre 1997), [En ligne], mis en ligne le 21 mai 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document3190.html>. Consultado a 21 junho 2007.
- 39 Sahlins, *Islas de Historia...*, p. 14.

- 40 Bensa, «Images et usages du temps »...
- 41 Koselleck, Reinhart, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2006 [1979].
- 42 Halbwachs, Maurice, *La Mémoire Collective* (Edição Brasileira, *A Memória Coletiva*), São Paulo, Centauro Editora, 2004, [1950].
- 43 Corbin, «Truth and Myth in History...», p. 609.
- 44 Corbin, «Truth and Myth in History...», p. 625.
- 45 Farge, Arlette «Penser et définir l'événement en histoire», *Terrain*, Numéro 38 – Qu'est-ce qu'un événement ? (mars 2002), mis en ligne le 6 mars 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document1929.html>. Consultado a 20 de junho de 2007.
- 46 Huyssen, Andreas, «"En busca del tiempo futuro". Medios, política y memoria», *Revista Puentes*, año 1, N° 2, diciembre 2000. Argentina. Consultável em: http://hemi.nyu.edu/esp/courses/spring2009/pdfs/huyssen_enbuscadeltiempofuturo.pdf Acesso: 10 de Jan. 2009.
- 47 Cenarro, cit. em Espinosa, *Violencia Roja Y Azul...*, p. 53.
- 48 Hartog, François, *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*, Paris, Seuil/La librairie du XXI^e siècle, 2003.
- 49 Pujadas, Joan J., «El método biográfico y los géneros de la memoria», *Revista de Antropología Social*, 9: 2000, p. 129.
- 50 Mintz, *Los Anarquistas de Casas Viejas...*
- 51 Del Río, «La Memoria Histórica en escena»... p. 28.
- 52 Brito, Alexandra Barahona de; Carmen González-Enriquez e Paloma Aguilar Fernández (coord.), *Política da Memória. Verdade e Justiça na Transição para a Democracia*, Instituto de Ciências Sociais, 2004.
- 53 Lisón-Tolosana, Carmelo, *Belmonte de los Caballeros. Anthropology and History in an Aragonese Community*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1983.
- 54 Del Río, «La Memoria Histórica en escena»..., p. 109.
- 55 Lisón-Tolosana, *Belmonte de los Caballeros...*
- 56 Lisón-Tolosana, *Belmonte de los Caballeros...*
- 57 Casanova, Julián (coord.), *Morir, Matar, Sobrevivir; la Violencia en la Dictadura de Franco*, Barcelona, Crítica, 2004, p. 57.
- 58 Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Ley_de_Memoria_Hist%C3%B3rica_de_Espa%C3%B1a. Ver também: http://ley memoria.mjusticia.es/paginas/es/declaracion_reparacion.html. Acesso: 10 de Jan. 2009
- 59 “Este proyecto se ha elaborado en el marco de las previsiones del Decreto 334/2003, de 2 de diciembre, para la coordinación de actuaciones en torno a la recuperación de la memoria histórica y el reconocimiento institucional y social de las personas que sufrieron la represión en la guerra civil y la posguerra, así como en el Acuerdo del Consejo de Ministros del pasado día 23 de Julio de 2004”. Disponível em: <http://www.todoslosnombres.org/>. Acesso: 10 Jan. 2009.
- 60 Gordillo Giraldo, Cecilio, «El interés por la recuperación de la memoria histórica», in *La recuperación de la memoria histórica. Una perspectiva transversal desde las ciencias sociales*, Sevilla, Centro de Estudios Andaluces, 2007, p. 120.
- 61 Le Goff, Jacques, «Memória». *Enciclopédia Einaudi*. Vol.1, Memória-História, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda 1989, p. 13.
- 62 Le Goff, «Memória», p. 46.
- 63 Ver o artigo do historiador Francisco Espinosa disponível em: <http://hispanianova.rediris.es/7/HISPANIANOVA-2007.pdf> e a resposta do historiador Santos Juliá, disponível em: <http://hispanianova.rediris.es/7/HISPANIANOVA-2007.pdf>. Acesso: 20 agosto 2007
- 64 Bourdieu, *Razões Práticas...*, p. 33.
- 65 Bourdieu, *Razões Práticas...*, p. 61.
- 66 Valcuende Del Río, «Memoria e história...», p. 28.
- 67 Nora, Pierre, *Les lieux de mémoire, 1. Les France: conflits et partages*, Paris, Gallimard, 1984.
- 68 Narotzky & Smith, «Being politico in Spain. ...

Para citar este artigo

Referência do documento impresso

Dulce Simões, «Memórias da guerra civil de Espanha em Barrancos», *Ler História*, 62 | 2012, 129-44.

Referência eletrónica

Dulce Simões, «Memórias da guerra civil de Espanha em Barrancos», *Ler História* [Online], 62 | 2012, posto online no dia 14 abril 2015, consultado no dia 24 fevereiro 2025. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/609>; DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.609>

Autor

Dulce Simões

mariadsimoes@gmail.com

Investigadora do Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança da FCSH-UNL. Interessa-se por temáticas de fronteira, movimentos sociais, usos da memória e práticas culturais. É colaboradora do IELT e do CRIA, e membro fundador do Grupo de Estudios Sociales Aplicados de la Universidad de Extremadura.

Direitos de autor



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY-NC 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.